

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENFERMAGEM
BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA**

**DROGAS: COMO O TEMA É ABORDADO PELA REVISTA *RADIS*?¹
ARTIGO CIENTÍFICO**

MICHELE SILVA PEREIRA

**PORTO ALEGRE
2017**

**DROGAS: COMO O TEMA É ABORDADO PELA REVISTA *RADIS*?¹
ARTIGO CIENTÍFICO**

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso, requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva, Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Orientadora: Dra. Cristianne Maria Famer Rocha

PORTO ALEGRE

2017

DROGAS: COMO O TEMA É ABORDADO PELA REVISTA *RADIS*?¹

Michele Silva Pereira²

Resumo

Este estudo tem o objetivo de analisar como a *Revista Radis*, da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, abordou o tema drogas em suas reportagens durante o período 2012 e 2016. Foram analisados sessenta números da revista, dentre os quais, foram selecionadas doze reportagens de acordo com a temática central. Foi investigado quem são os sujeitos citados nas reportagens e a ênfase (negativa, positiva ou informativa) dada nas reportagens a respeito do tema. Embora as reportagens tratem do tema drogas em geral, o *crack* foi a droga mais citada seguida da maconha. Quando se fala em *crack*, as reportagens citam policiais e repressão. Ao se reportar à maconha, as questões abordadas referem-se à legalização e ao uso terapêutico. A pesquisa não encontrou reportagens negativas, que fossem contra o uso de drogas ilícitas, elas apenas apresentaram as consequências do uso, sem enfatizar a proibição.

Palavras-chave: drogas ilícitas, mídia, análise de mídia.

Abstract

This study aims to analyze how *Radis Magazine*, from the Oswaldo Cruz Foundation of Rio de Janeiro, addressed the issue of drugs in its reports during the period 2012 and 2016. Sixty numbers of the magazine were analyzed, among them, twelve articles were selected according to the central theme. The investigation was made to understand who are the subjects cited in the reports and the emphasis (negative, positive or informative) given in the reports on the subject. Although the stories deal with drugs in general, *crack* was the most cited drug followed by marijuana. When talking about *crack*, the reports cite police and repression. When referring to marijuana, the issues addressed refer to legalization and therapeutic use. The research did not find negative reports that were against the use of illicit drugs, they only presented the consequences of the use, without emphasizing the prohibition.

Key words: Illicit drugs, media, media analysis.

Introdução

Droga, na língua portuguesa, é uma palavra utilizada para definir uma série de substâncias. Dicionarizada, significa substância que pode modificar o estado de consciência, podendo ser droga leve, aquela que tem efeitos menores no organismo, gerando habituação, mas com menos consequências em caso de abstinência e com desmame considerado mais fácil ou, droga dura, (Aurélio Online, 2016). Decorrente dessa característica de modificação das funções humanas, este termo, ao longo do tempo, tem sido associado a substâncias psicoativas e, em particular, às drogas ilícitas

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Saúde Coletiva, sob orientação da Profa. Dra. Cristianne Maria Famer Rocha. O artigo será submetido à Revista OBS, cujas regras de submissão encontram-se no Anexo A desse texto.

² Acadêmica do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ou àquelas cujo uso é regulado por lei, por provocarem alterações do estado de consciência do indivíduo ou, sendo consideradas as lícitas aquelas que têm a produção e o uso permitidos por lei, entre elas estão o cigarro, o álcool, os medicamentos e as ilícitas que são aquelas de tem o consumo, comercialização e produção proibidos, como a maconha, derivados da coca, heroína (INFODROGAS, 2016).

Ao longo dos anos, a palavra droga foi utilizada para referenciar algo negativo, por este motivo, o termo "drogas" nos remete, com frequência, ao tráfico, à marginalização, à pobreza, à culpabilização. No entanto, sabemos, tanto o uso de drogas ilícitas quanto o tráfico envolve questões de poder, problemas familiares, questões econômicas, dentre outros determinantes sociais. O tema central desse trabalho são as drogas ilícitas - aquelas que foram e ainda são consideradas proibidas - ou também conhecidas como substâncias psicoativas. Tais substâncias são classificadas como aquelas que causam alterações no Sistema Nervoso Central (SNC), alucinações ou mudanças no comportamento do indivíduo, podendo ser depressoras, estimulantes ou perturbadoras do SNC (MEDINA et al, 2014).

Segundo o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicoativas (CEBRID, 2018), as substâncias psicoativas podem ser classificadas em diferentes modos de uso, sendo do uso único (uma única vez na vida) a uso pesado (uso diário).

As substâncias psicoativas ou drogas podem ser classificadas, de acordo com o uso que se faz delas, de uso experimental (geralmente são os adolescentes que fazem parte deste grupo e experimentam por curiosidade, porém não há continuidade no uso); de uso eventual, recreativo ou social (utilizado pelos adultos, o uso é feito por grupos sociais ou culturais, neste caso ainda não há danos aos que a utilizam); consumo dependente (neste caso, as consequências já são visíveis e o usuário já necessita de algum tipo de tratamento, seu uso é constante e incontrolável).

O intuito deste trabalho é analisar como as drogas ilícitas são relatadas/descritas/apresentadas, em notícias publicadas na mídia impressa, em particular na *Revista Radis*, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e disponibilizada na versão *online* ou publicação impressa, nos últimos cinco anos (2012-2016). São objetivos específicos analisar quem são os sujeitos envolvidos e qual a abordagem (informativa, positiva ou negativa) adotada nas reportagens, a respeito do tema.

Quando falamos sobre drogas, o assunto sempre soa como algo prejudicial, negativo e ao menos paramos para pensar no que há por trás dos envolvidos, sendo que quando convivemos com estes sujeitos podemos perceber que há tantas questões que ignoramos, acabamos vendo todos como usuários e que eles precisam ser tratados, curados, que são “taxados” como marginais e precisam ser presos. Durante a pesquisa pude perceber que há diferença quando lemos sobre uma mídia voltada a área da saúde e quando apenas lemos um jornal ou assistimos a programas televisivos. Somos durante a vida, induzidos a acreditar naquilo que nos é dito, sendo cômodo para muitos não procurar outras informações sobre o assunto o que acaba por se tornarem verdades. Hoje percebemos que não há uma verdade absoluta, que existem outras formas de vermos o mundo, o que nos cerca, que existem tantas formas de investigarmos aquilo que nos foi dado como verdade, e que devemos explorar nossa curiosidade para que possamos ter nossa própria opinião.

Contexto Histórico

No século XIX, a droga foi considerada como um problema passível de intervenção, no século seguinte, como um problema de saúde pública (MEDINA et al, 2014). As primeiras medidas proibicionistas partiram dos Estados Unidos, ainda no século XIX, em relação ao uso do ópio, morfina e cocaína (CARVALHO, 2014). No Brasil, as drogas continuam proibidas, apenas há diferença entre usuários e traficantes segundo a Lei no 11.343/2006.

Em 2004, a Política Nacional Antidrogas (PNAD) foi elaborada partindo das mudanças sociais, políticas e econômicas que o Brasil vinha enfrentando relacionado as drogas, pensando na redução da demanda e da oferta (BRASIL, 2003). Em 2006, foi instituído, pela Lei no 11.343/2006, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), prescrevendo medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas (BRASIL, 2006). A PNAD também estabelece uma diferenciação entre traficante e usuário, o que por muito tempo não era reconhecido, tratando-os legalmente por iguais. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) tem por responsabilidade desenvolver um diagnóstico situacional, capacitação de agentes e a realização de projetos estratégicos relacionado às drogas. Estas são algumas das mudanças que afetaram a legislação sobre o que se refere drogas, o sistema político passou a avaliar melhor aquele

indivíduo e, a partir de 2010, o usuário passa a ter direito a um serviço especializado, onde o uso de drogas é reconhecido como uma doença, um problema de saúde pública, e há a necessidade de que se dê uma atenção diferenciada a esta questão.

Em 2011, com a Portaria no 3.088/2011, institui a rede de atenção especializada, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a fim de atender os usuários de drogas e portadores de transtornos mentais (BRASIL, 2011). Diante das mudanças na legislação, a mídia tem noticiado a droga somente como um ponto negativo, não esclarecendo à população outras questões referentes ao tema. Segundo Ronzani et al (2009), a mídia tornou-se um forte influenciador de opiniões da população de acordo com o modo que as notícias são difundidas, mesmo ela sendo indispensável, deve ser relevada referente ao seu conteúdo, pois tanto pode ser direcionada como algo positivo como algo negativo, podendo ser sim, prejudicial à população. A população não deve ter a mídia como única fonte de informação, devendo analisar estas notícias, não tomando-as como verdade absoluta. As políticas relacionadas ao tema demonstram uma renovação sobre suas propostas, os usuários passam a ser melhores assistidos, tendo agora uma infraestrutura para recebê-los, com a construção das redes de atenção como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) onde prestam serviços de acordo com a idade e grau de dependência daquele usuário (CAPS Infantil ou Adulto, de tipos I, II, III), as redes de emergências são reorganizadas e há centros de acolhimentos disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana para aqueles que têm esta necessidade, tendo este um caráter transitório para o usuário.

Para o site Infodrogas, apesar de o Brasil apresentar mudanças significativas nas políticas públicas em relação às drogas, a mídia não tem acompanhado da mesma forma. Na última década, as notícias não têm tratado o tema relacionando as políticas públicas, a droga ainda é vista somente como algo prejudicial, sem sequer analisar o contexto dos indivíduos envolvidos, sempre sendo marginalizados e criminalizados. No ponto de vista do site, a notícia não deve ser baseada no medo (INFODROGAS, 2016). Segundo Souza (2016), em seu livro "Crack e exclusão social", mostra o panorama da droga no país, em particular o uso de crack, o que vem se tornando a droga de maior repercussão no Brasil, não especificamente relacionada ao uso e, sim, às consequências. O tema: a droga na mídia é abordado em dois capítulos: "Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de São Paulo" e "Crack, a noia da mídia". Neles, o autor conta um pouco sobre quais foram os projetos que o governo implementou, o que é feito para afugentar o uso e como o tratamento ao usuário é de

completa exclusão, repressão, intervenções violentas e higienização nos locais de uso, internação compulsória. Segundo o autor, em sua pesquisa, os usuários desta droga a utilizam em média 6,5 anos de uso, 80% são homens entre 20/30 anos, 8 entre 10 usuários são negros, não possuem escolaridade acima do ensino médio, 40% destes são moradores de rua, e entre as mulheres, 47% delas, acabam sofrendo violência sexual, a mortalidade entre estes usuários aumenta em sete vezes.

Os usuários de drogas, ainda segundo o livro citado (SOUZA, 2016), são rotulados pela sociedade de lixo humano, mortos-vivos, incapacitados para o mercado de trabalho, pessoas invisíveis, indivíduos que não devem frequentar os mesmos ambientes daqueles que pagam seus impostos, portanto devem ser proibidos de usufruírem deste espaço e ainda utilizam o serviço que deveria ser destinado às "pessoas de bem" Por este motivo, o autor menciona a "Procissão do Crack", onde os usuários acabam por procurar outros locais para fazer uso da droga. Também analisou como a mídia noticia o tema, em que a preocupação fica em torno de quantos são estes usuários ao invés de como e porque são usuários, desqualificando a informação. Das notícias pesquisadas sobre o tema, cerca de 38% era relacionada ao tráfico, roubo, policiamento, porte, entre outros. Destacando também o quanto este usuário custa aos governos, ele é mais "caro" que um estudante, gerando ao pesquisador um certo desconforto quanto ao direcionamento correto das verbas. As notícias também revelaram que o usuário é o único culpado por fazer uso da droga, que foi ele quem escolheu este caminho, excluindo qualquer passado que ele tenha tido, porém também revela como este usuário se mantém

como indivíduo na sociedade, usando o trabalho informal como modo para sua sobrevivência, diante do que lhe é permitido. E o mais importante desta discussão é o quanto o combate é contra o indivíduo, o usuário e não contra as substâncias utilizadas.

Em 1998, Noto *et al*/ realizaram uma pesquisa na imprensa escrita, sobre o tema drogas e saúde. No período da pesquisa foi constatado, em relação às drogas ilícitas, que a substância com maior frequência foi sobre derivados da coca e maconha, sendo a dependência a maior consequência e as fontes destas matérias foram principalmente profissionais de saúde, policiais e advogados. De acordo com a pesquisa, cerca de 80,3% das notícias eram direcionadas aos prejuízos decorrentes do uso, onde 46% relatavam a dependência e, 33,5% sobre tratamento como intervenção (internação e uso de medicamentos). Dentre o papel da droga, a maioria das notícias relata que a

droga era prejudicial e tinha consequências crônicas no indivíduo. E como local de intervenção, apenas 10,6% eram realizadas em escolas, seguido da comunidade (7,2%). Na população usuária, a classe dos usuários apresentavam-se como inferior (baixa) e população de rua. As notícias, segundo a pesquisa, foram redigidas de forma emocional ou trágica.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo, de abordagem descritivo-exploratória. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, onde foram investigadas todas as reportagens sobre o assunto relacionado às drogas (ilícitas) na *Revista Radis*, o acervo pode ser acessado gratuitamente de forma online na página da revista. A coleta de dados foi realizada entre os meses de julho a dezembro de 2017.

A pesquisa foi realizada no período de cinco anos, de janeiro de 2012 a dezembro de 2016. Todas as reportagens relacionadas ao tema foram analisadas, e inseridas segundo a referência em uma tabela (Tabela 1), foram descritas segundo seu posicionamento (negativa, positiva ou informativa), os sujeitos envolvidos, mês e edição correspondentes e o endereço eletrônico da edição. As revistas foram analisadas a partir da procura pelas seguintes palavras-chave: droga, crack, cocaína, heroína, maconha, LSD, merla, haxixe, anfetaminas, ecstasy, solventes. Para esta pesquisa, estipulamos como reportagens informativas aquelas que divulgavam livros, documentários, eventos etc; positivas, as que se reportavam às drogas como estratégias de redução de danos, que ofereciam alternativas ou oportunidades aos sujeitos; e, negativas, aquelas que mencionavam a proibição ou consequências negativas sem oferecer soluções aos sujeitos envolvidos.

A *Revista Radis* teve sua primeira publicação em agosto de 2002, fazendo parte do Programa RADIS³ de Comunicação e Saúde, sendo um programa de jornalismo com foco em saúde pública, com conceitos ampliando de saúde, informações sobre saúde, sobre qualidade e condição de saúde, que teve início em 1982, na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz). O Programa publicou durante 20 anos as revistas *Súmula* (que fazia um acompanhamento crítico das notícias sobre saúde publicadas na imprensa), *Dado* (analisava informações epidemiológicas) e *Tema*

³ RADIS é a sigla para Reunião, Análise e Difusão de Informação em Saúde.

(destinada ao aprofundamento de temas específicos) até 2002, onde, a partir deste ano, teve início a *Revista Radis*.

O conteúdo das informações noticiadas tem embasamento nos princípios da Reforma Sanitária e no Sistema Único de Saúde (SUS). A Revista foi construída com poucos recursos, sendo as primeiras publicações sem fotos, somente com a capa colorida, as fotos eram realizadas pelos repórteres, somente em 2005 as publicações foram impressas em cores. As reportagens têm compromisso com a verdade, defensores do Sistema Único de Saúde (SUS), fazendo os leitores refletirem sobre o tema saúde, tendo a revista um espaço aberto para que haja diálogo, chamado Voz do leitor. A *Revista Radis* teve início a partir de publicações do Programa Radis:

Em 2002, o Programa RADIS reuniu todo o acervo de suas publicações em mídia digital com recursos de busca por palavras e expressões e lançou a revista *Radis*, incorporando as características das publicações anteriores com rigorosa periodicidade mensal, maior volume de conteúdo, flexibilidade editorial e recursos gráficos, dando um salto qualitativo na prática jornalística na área da Saúde. O Programa RADIS recebeu naquele ano cinco dos sete prêmios de Melhor Jornalismo em Saúde, comemorativos dos 100 anos da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). (RADIS, 2017)

A *Revista Radis* é assinada por mais de 100 mil pessoas por todo o país, também tendo acesso as revistas no acervo digital encontrado no *site*.

Por fim, cabe salientar que foram excluídas as reportagens que referiam as drogas lícitas, como medicamentos, tabaco e bebidas alcoólicas.

Foi realizada também uma revisão de literatura com a busca de artigos científicos no banco de dados da *Scielo*, tendo sido encontrados treze artigos usando os filtros (em língua portuguesa): droga e mídia, maconha e mídia, crack e mídia, cocaína e mídia. Todos os artigos encontrados foram utilizados para a análise dos resultados encontrados na pesquisa realizada na Revista Radis.

Resultados

Durante o período da pesquisa (2012-2016), foram publicadas 60 edições da *Revista Radis*, dentre as quais publicaram uma variedade de reportagens ou súmulas⁴ que mencionavam a palavra droga. Porém, para este estudo, foram selecionadas somente

⁴ Súmula é um resumo/uma síntese clara que contém o essencial sobre algum tema, produzido pela equipe editorial da revista, com cerca de meia página.

as reportagens, sendo excluídas as súmulas e aquelas reportagens que falavam sobre drogas lícitas e também aquelas que apenas citavam a palavra droga mas que a temática central estava direcionada a outros assuntos, como por exemplo a AIDS. Assim, foram selecionadas e analisadas doze reportagens onde o tema principal foram as drogas ilícitas (maconha, *crack*, cocaína, entre outras).

Tabela 1 - Reportagens selecionadas na *Revista Radis* (2012-2016)

| Posição enunciada | Sujeitos envolvidos | Título | Autor/a | Ed. | Mês/ano | P. | Link para acesso |
|-------------------|--|--|---|-----|-----------|-------|---|
| Informativa | Usuários, Justiça, Governos Federal, Estadual e Municipal | Guerra às drogas e territórios em disputa | Juliana Machado Brito | 117 | Maio 2012 | 23 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/117 |
| Informativa | Usuários. Governo Municipal. Ministério da Saúde | A epidemia involuntária e suas consequências | Luis Fernando Tófoli | 123 | Dez. 2012 | 23 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/conteudo/epidemia-involuntaria-e-suas-consequencias |
| Informativa | Usuários, pacientes, profissionais da saúde e pesquisadores | Mais do mesmo: Redução de Danos 'pero no mucho' | Liandro Lindner | 144 | Set 2014 | 33 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/144/reportagens/mais-do-mesmo |
| Informativa | Usuário, traficante, Governo Federal, profissionais da saúde. | 15 Desafios para 2015: Necessidade e do diálogo sobre drogas | Bruno Dominguez, Adriano De Lavor, Elisa Batalha, Liseane Morosini e Luiz Felipe Stevanim | 150 | Mar. 2015 | 18-23 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/150/reportagens/15-desafios-para-2015 |
| Informativa | Usuários, Ministério da Saúde, profissionais da saúde, pesquisadores Justiça | Tabus sustentam estigmas | Elisa Batalha | 168 | Set. 2016 | 32-33 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/168/reportagens/ |
| Positiva | Pesquisadores usuários, traficantes, Congresso Nacional | Não à proibição | Liseane Morosini | 122 | Nov. 2012 | 18-19 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/122/reportagens/ |
| Positiva | Pesquisadores associações, Justiça, usuários, profissionais da saúde | Protagonismo do usuário como caminho | Adriano De Lavor | 122 | Nov. 2012 | 20-21 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/122 |
| Positiva | Câmara de deputados, traficantes, | Entrevista: Paulo Gadelha. 'A | Bruno Dominguez | 129 | Jun. 2013 | 19-21 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/129/reportagens/ |

| | | | | | | | |
|----------|--|--|-----------------|-----|-----------|-------|---|
| | profissionais da saúde, usuários, Ministério da Saúde, Justiça | aprovação do PL 7663 sobre a questão das drogas seria uma aberração' | | | | | |
| Positiva | Usuário, traficante, profissionais da saúde, Ministério da Saúde, pesquisadores | Crack, comunicação e saúde | Elisa Batalha | 130 | Jul. 2013 | 32-33 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/130/reportagens/crack-comunicacao-e- |
| Positiva | Profissionais da saúde, Ministério da Saúde, usuários, Justiça | Objetivo: Reduzir danos | Bruno Dominguez | 136 | Jan. 2014 | 30-33 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/136/reportagens/ |
| Positiva | Justiça, Câmara de Deputados, Ministério da Saúde, usuários, pesquisadores, traficantes, associações. | Legalize já amanhã ou depois | Bruno Dominguez | 155 | Ago. 2015 | 26-33 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/155 |
| Positiva | Governos Federal, Estadual e Municipal, Ministério da Saúde, usuários, associações, traficantes, profissionais de saúde. | Braços abertos punhos fechados | Bruno Dominguez | 158 | Nov. 2015 | 22-27 | http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/158/reportagens/bracos-abertos-punhos-fechados |

Fonte: Elaboração própria (2017)

Em relação à posição assumida pelas reportagens (informativa, negativa ou positiva), todas as reportagens da *Revista Radis* foram categorizadas como positivas ou informativas, pois o tema, mesmo naquelas reportagens que apresentam o uso das drogas, argumentam sobre a importância de se tomar decisões positivas para os usuários, portanto não foram consideradas negativas. Afinal, a ênfase das reportagens era de regularizar o uso, através tratamentos terapêuticos para o usuário, e não proibir o uso. As reportagens também descrevem os profissionais que se empenham em ajudar os usuários e também os que comercializam drogas.

As pessoas que se envolvem com drogas, segundo as reportagens analisadas, geralmente são negros, jovens e com baixa escolaridade, tanto para usuários quanto traficantes. Todas as esferas do governo foram citadas nas reportagens deputados,

juízes, delegados, ministros, senadores, governadores, também foram citados os pacientes e os usuários. Pesquisadores da área das Ciências Humanas e Exatas e profissionais da saúde são citados como atores engajados em procurar medidas que possam minimizar os riscos decorrentes do uso abusivo de drogas ou em buscar meios de legalização para algumas ou todas as drogas.

Em relação aos sujeitos encontrados nas reportagens, procedeu-se à análise de quais sujeitos apareciam nos textos e, na sequência, foram descritas as principais características mencionadas, a respeito deles. As associações e organizações não-governamentais, tanto municipais quanto mundiais, relatavam preocupação diante do tema.

As reportagens informativas apresentam ações policiais onde usuários em situação de rua são expulsos de locais com grande concentração de pessoas, ou por motivos de interesse imobiliário na região (Radis, nº 117, p.23); informações do tema em conferências ou palestras; reportagens sobre documentários ou livros e reportagens que mostram o olhar daquele que não está envolvido com a droga, como em: "O termo epidemia do crack tem sido repetido metodicamente nos meios de comunicação, e é muito fácil aceitá-lo como verdadeiro." (Radis, nº 123, p.23), envolve apenas o que está sendo divulgado na mídia, sem que estejam comprovados cientificamente. Ou na reportagem de Elisa Batalha (Radis, nº168, p.32-33), onde reúne depoimentos de usuários, pesquisadores, gestores, para a produção do documentário "Crack – Repensar".

Há trechos em que apenas é colocado o que foi enunciado em eventos como: "A terceirização que vem acontecendo em todo o país representa um golpe de morte. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAP's), serviços que substituiriam o manicômio, passam pela precarização de seus vínculos de trabalho". (Revista Radis, nº 150, p.22). Nesse trecho, os serviços de saúde são apresentados como espaços que tratam as pessoas dependentes químicas, assim como as leis em relação às drogas ilícitas (Radis, nº 144, p.33).

Não foi encontrada, nas reportagens categorizadas como positivas, a liberação das drogas sem que estejam com embasamento científico para que isso ocorra, não é favor daquilo que prejudica o ser humano e sim o uso regulamentado, legalizado, o que já ocorre em outros países como no Uruguai e Portugal, por exemplo. Em Portugal foi estabelecida a quantidade por droga que se pode portar para consumo próprio (Radis, nº129, p.19-21). A legalização está legitimada em evidências científicas, como

o uso de drogas lícitas, que já se comprovou que causam mais danos do que as ilícitas, como o álcool e o tabaco. Afinal, como é dito na reportagem: “Não há nenhuma evidência científica que possa servir como fundamento para a atual diferenciação de drogas entre lícitas e ilícitas”, e a liberação do uso da maconha para uso medicinal foi uma conquista, pois como qualquer substância psicoativa tem diversas finalidades (Radis, agosto 2015).

Em entrevista à *Revista Radis*, em janeiro de 2013, Paulo Gadelha fala sobre o Projeto de Lei 7663, que altera a Lei das Drogas, reforçando que os usuários devem ser tratados na área da saúde e não na área da segurança. E, para isso, existem os serviços de Consultórios na Rua, que podem atender usuários em situação de rua, e os Centros de Atenção Psicossocial (CAP's). Ele também relata a diferenciação realizada por policiais que definem quem é traficante e usuário pela cor da pele, o que torna os presídios lotados diante desta cruel realidade, mesmo havendo definição entre usuário e traficante, segundo a Lei 11.343/2006 (Radis, nº 122, p. 18-21).

Em julho de 2013, em reportagem de Elisa Batalha, é abordado o uso de drogas as doenças crônicas: “Se todas as outras doenças crônicas fossem tratadas da maneira como o abuso de drogas é abordado, cada aumento de glicemia seria criminalizado e considerado uma recaída. Não se fala em desperdício de bilhões de dólares em tratamento de hipertensos.” Devendo ter um tratamento igualitário como as demais doenças e não como algo a ser banido, pois há tratamento.

Em contrapartida às ações policiais, há programas e profissionais envolvidos em defender o usuário, lutar pela vida daquele indivíduo. Em 2014, a *Revista Radis* apresenta uma reportagem sobre os agentes redutores de danos, que vão até os usuários e não exigem nada em troca. A reportagem relata que os usuários são tratados como seres humanos diferente da repressão policial citada em outras reportagens. Com os agentes de redução de danos e o Projeto de Braços Abertos, pessoas capacitadas lutam pelos direitos daqueles usuários em situação de rua. O Projeto oferece ainda moradia, alimentação e não os impede de serem usuários. Caso eles reduzam o consumo, se comemora, mas isso não se torna uma regra, não é uma premiação para aqueles que não utilizam drogas. Os usuários ganham oportunidades de construir novos caminhos. Em Recife, os agentes redutores de danos focam no individualismo, pois cada usuário é diferente: “Nossa perspectiva é a de que cada usuário tem uma maneira de lidar com a droga e nem todos precisam cessar o consumo”. O Programa de Braços abertos tem a mesma temática do serviço realizado

pelos agentes redutores de danos, voltado a atender pessoas em situação de rua que, na sua maioria, fazem uso de alguma substância psicoativa (tabaco, álcool, *crack*, maconha, etc). O Programa oferece moradia, alimentação e trabalho remunerado. "O De Braços Abertos é uma política inédita: em uma região tão grande, no centro da maior cidade do país, aplica os princípios da redução de danos sem exigir abstinência". Não é um Programa focalizado na droga e sim em questões sociais.

As reportagens que tiveram como temática o *crack*, sempre citam policiais e repressão violenta, com uso de internações como solução para os usuários. Segundo Paiva et al (2014), a droga é associada à loucura e violência, se fazendo necessário o uso de força policial para as intervenções, segundo os governos vigentes, que visavam a higienização do local tido como "cracolândias". Apesar destas intervenções, a redução de danos chegava como um novo plano de intervenção, sem uso de violência, sendo um meio mais eficaz de resolução para o uso de drogas. Para Kiepper e Esher (2014), a regulamentação ou legalização do uso de drogas amenizaria os danos que envolvem o tráfico de drogas e, assim, suas consequências decorrentes do uso. Para Moreira et al (2016), a população tem informações distorcidas sobre as drogas e a falta de debate gera falsas verdades diante do tema.

Segundo Romanini & Roso (2012), os meios de comunicação não são realistas com a sociedade, pois não existe outro lado senão a violência atrelada às drogas. Eles apenas vendem uma posição imposta pela sociedade de que o uso de drogas é prejudicial e informa situações negativas à população, sem reportar os determinantes sociais e de saúde que a droga gera, além de divulgarem características de usuários que causam medo na sociedade.

Considerações Finais

As drogas ainda são consideradas um tabu, não se conversa sobre, ou quando se fala tem-se a ideia que o caos está por vir, onde policiais certamente agirão para reprimirem o uso. Por ser proibida, o discurso midiático enfatiza que todos serão internados ou encarcerados. Mas, como nos mostram as reportagens selecionadas da *Revista Radis*, isso dependerá da sua classe social e da cor de pele. Ou seja, homens negros são geralmente tratados como os marginais.

A legalização da maconha por um período foi esquecida, pois a Marcha da Maconha, ato de manifestação pacífico, foi proibido. A proibição vai de encontro às evidências

científicas, que demonstram que a legalização reduz a criminalidade, como já se provou em outros países como no Uruguai e Portugal, onde o custo da repressão é maior e não gera resultados positivos, apenas gera mais caos à sociedade. Por isto, as notícias sobre drogas que invariavelmente mostram os perigos do uso de drogas faz criar, na sociedade, a ilusão de que as drogas geram violência, porém o que gera a violência é a forma como se lida com elas.

As políticas públicas começam a inovar na maneira de tratamento aos usuários de drogas, a partir da RDC nº 101 de 30 de maio de 2001, que normatiza o funcionamento dos serviços públicos/privados de atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo o modelo psicossocial. Em 2002, a construção dos Centros de Atenção Psicossocial, com os agentes redutores de danos e os Consultórios na Rua, onde os indivíduos são tratados com dignidade e passam a ter voz e autonomia, fez diminuir as ações repressivas. Porém, não se fala em legalização apenas diferenciando usuário e traficante, pois essa distinção depende da cor da pele e do poder aquisitivo dos usuários, fato visível na população carcerária brasileira.

Diferentemente de muitas revistas brasileiras, a *Revista Radis*, talvez por ser custeada com dinheiro público ou por ser voltada exclusivamente a temas da saúde, mas também por ser produzida/editada pela Fundação Oswaldo Cruz, reúne informações bem diferenciadas a respeito de drogas ilícitas, nos permitindo ampliar o olhar sobre o uso, quem consome e também sobre a legalização das drogas, baseada em pesquisas científicas.

A pesquisa aqui realizada nos permitiu perceber que ainda é preciso se estudar mais sobre o tema, que devemos ter o compromisso de multiplicar os olhares a respeito do uso e dos usuários de drogas, que é necessário que todas as vozes sejam ouvidas, pois todos têm o direito de expressar suas opiniões e sentimentos a respeito do tema. Por fim, esperamos que mais gente discuta, estude, pesquisa, fale e ouça a respeito das drogas ilícitas, pois isso sim fará com que a realidade mude e, a partir disso, também mudaremos nossa percepção sobre as drogas e muito mais sobre aquele é usuário.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças

Comunitárias. 3. ed. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: SENAD, 2009.

CUNDA, M. F. & SILVA, R. A. N. O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. **Psicologia & Sociedade**. Rio Grande do Sul. V.26 (n. spe.). .245-255. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000500025&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 4 nov. 2017.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/sumula/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

INFODROGAS. **INFodrogasImesc**. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrog.htm>>. Acesso em: 17 out. 2016.

KIEPPER, A; ESHER, A. A regulação da maconha no Senado Federal: uma pauta da Saúde Pública no Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 30(8):1-3, ago, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n8/pt_0102-311X-csp-30-8-1588.pdf> Acesso em: 21 nov. 2017.

MOREIRA, M. R.; CARVALHO, A. I.; RIBEIRO, J. M.; FERNANDES, F. M. B. Agendas democráticas para o século XXI: percepções dos(as) brasileiros(as) sobre descriminalização e legalização da maconha. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro. V. 40, N. Especial. p. 163-175. Dez/2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40nspe/0103-1104-sdeb-40-spe-0163.pdf>> Acesso em: 30 out. 2017.

NORMAS BRASIL. **Seu portal de normas e legislação brasileira**. Disponível em: <<http://www.normasbrasil.com.br/>> Acesso em: 20 dez. 2016.

NOTO. Ana Regina, et al. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v.19, n.1. Pag. 69-79. Jan-fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100008> Acesso em: 22 set. 2016.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. **Políticas e Legislações**. Disponível em: <<http://obid.senad.gov.br/obid/pessoas-sujeitos-drogas-e-sociedade/politicas-e-legislacoes>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

PAIVA, F. S., FERREIRA, M. L., MARTINS, M. Z. F., BARROS, S. L. C. F., & RONZANI, T. M. A percepção profissional e comunitária sobre a reinserção social dos usuários de drogas. **Psicologia & Sociedade**, 26(3), 696-706. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000300018> Acesso em: 21 nov. 2017.

RADIS. **Radis Comunicação em Saúde**. Disponível em <<http://andromeda.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/100/reportagens/uma-revista-que-ja-nasce-com-historia>> Acesso em: 20 nov. 2017.

ROMANINI, Moises e ROSO, Adriane. Mídia e Crack: Promovendo Saúde ou Reforçando Relações de Dominação? **Psicologia: Ciência e Profissão**. Rio Grande do Sul. V. 32. N.1. p. 82-97, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000100007> Acesso em: 4 nov. 2017.

ROMANINI, Moises e ROSO, Adriane. Mídia, ideologia e cocaína (Crack): produzindo "refugio humano". **Psico-USF**. Bragança Paulista. V. 18. N. 3. p. 373-382. Set/dez 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v18n3/a04v18n3.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

ROMANINI, Moises e ROSO, Adriane. Miatização do crack e estigmatização: corpos habitados por histórias e cicatrizes. **Interface - Comunicação Saúde Educação**. Santa Maria/RS. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832014000200363&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 4 nov. 2017.

RONZANI, Telmo Mota; FERNANDES, Ameli Gabriele Batista; GEBARA, Paula, Carla Ferreira de; et al. **Ciência & Saúde Coletiva**. Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. vol.14 n.5 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000500016> Acesso em: 18 out. 2016.

SOUZA, Jessé. **Crack e exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

ANEXO A

Author Guidelines

1.A. STANDARDS for 'ARTICLES'

Before submitting an article, each Author should make sure that his/her text adheres to the following format standards for publication:

Font – 1.5 line spacing; 9-point Tahoma font; bold and italics rather than underlining (except URL addresses).

Tables/Graphs – insert within the text at the appropriate places rather than at the end of your doc.

Pictures/Videos/Audios – insert within the text at the appropriate places rather than at the end of your doc. Also, submit these images/video/audio files as separate files to be stored on OBS* server (upload them as supplementary files).

Style and Bibliography Standards – please use the [APA styleguide](#).

Title – 11-point tahoma font, bold, concise and informative. Please remove the information of authors' names, emails, and affiliations for double-blind review process.

Abstract – single-space 8-point tahoma; no more than 200 words, . (note: if your text is written in a language other than English, please submit both an original and an english version of your abstract, title, and keywords).

Keywords – 3 to 6 keywords.

URL – all URL addresses in the text and bibliography/references should be active and ready to click.

Length of articles - 30 pages maximum

Permissions - Authors are required to obtain permissions to reproduce previously copyrighted materials from other sources in both print and electronic form.

Submissions – Please FOLLOW the [5-STEP ONLINE SUBMISSION PROCESS](#). Enter all required details in order to successfully complete your [ONLINE SUBMISSION](#).

1.B. STANDARDS for 'NETWORKING RESEARCH REVIEWS'

Before submitting, each Author should make sure that his/her text adheres to the following format standards for publication:

Theme's Title – concise and informative

Length - 5 pages (maximum)

Font – 1,5 line spacing; 9-point font; Tahoma font Tables/Figures/Illustrations/Audio or Video Files – place within the text at the appropriate sections rather than at the end.

URL – all URL addresses in the text should be active and ready to click.

Style and Bibliography Standards – please use the APA styleguide.

Permissions - Authors are required to obtain permissions to reproduce previously copyrighted materials from other sources in both print and electronic form.

Submissions – please send your text to obs@obercom.pt

2. START YOUR ONLINE SUBMISSION

If you are NOT yet registered as an Author in OBS* website, please go to [REGISTER](#). You will need to be registered as an Author before you can start an online submission.

If you are already registered as an AUTHOR, please [LOGIN](#) into OBS*' website (enter your USERNAME and PASSWORD).

Your role as AUTHOR is displayed automatically and you should click on it in order to start your online submission session.

Then press [CLICK HERE TO START AN ONLINE SUBMISSION](#) and a 5-step online submission session will be displayed.

Please FOLLOW the [5-STEP ONLINE SUBMISSION PROCESS](#). Enter all required details in order to successfully complete your online submission.

1. Starting Submission (tick checklist; select journal section, either article or book review; enter comments to the Editor). At the bottom, please press "save and continue" button.
2. Enter MetaData (enter your text's title/abstract/keywords, indexing details, and your personal

details) Then press "save and continue" button.

3. Upload Submission (upload your text file). Then press "save and continue" button.

4. Upload supplementary files if existent (If not, click on "save and continue" to proceed).

Supplementary files such as Pictures (JPEG, GIF), Audio (MP3, AIFF, WAV), Video (Quicktime, MPEG, AVI, or WMV) are accepted formats.

5. Confirmation of Submission (please, do not forget to press "save confirmation" at the bottom of the page).

If you still have any doubts, please do not hesitate to contact us: obs@obercom.pt - gustavo.cardoso@iscte-iul.pt

Submission Preparation Checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

1. The submission is either an original text, a translation or a conference presentation paper. If your submission is not an original text, please refer to 'Permissions' under [Author Guidelines](#).
2. The submission file is in Microsoft Word, RTF, or WordPerfect document file format.
3. When available, the URLs to access references online are provided, including those for open access versions of the reference. The URLs are ready to click (e.g., <http://pkp.sfu.ca>).
4. The text is 1.5 line spacing; uses a 9-point text tahoma font; employs italics, rather than underlining (except with URL addresses); and all illustrations, figures, and tables are placed within the text at the appropriate points, rather than at the end.
5. The text adheres to the stylistic and bibliographic requirements outlined in the Author Guidelines, which is found in About the Journal.
6. If submitting to a peer-reviewed section of the journal (such as Articles), the instructions in [Ensuring a Double Blind Peer Review](#) have been followed. Please make sure all information of authors' names, emails, and affiliations were removed from the submission text and file.

Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/about/submissions#onlineSubmissions>>.

Acesso em: 18 dez. 2017.